



**GESTÃO DE PESSOAS
DO PODER JUDICIÁRIO**

ANEXO II – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Para o adequado preenchimento deste formulário seguem algumas recomendações:

1. Antes de iniciar o preenchimento, identifique o tema e o subtema da prática no ANEXO I deste Edital.
2. Seja preciso, claro, conciso e coeso em suas respostas.
3. Evite a utilização de termos técnicos. Se eles forem necessários, inclua sucinta explicação.
4. Após submetido, não haverá possibilidade de alteração
5. Não serão recebidos quaisquer tipos de documentos por e-mail.

A Seção de Governança em Gestão de Pessoas está à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários no endereço governancagp@cnj.jus.br.



GESTÃO DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO

1ª Premiação de Práticas em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

Nome da prática (iniciativa/projeto):

Curso Administração Judicial Aplicada - AJA

Tema escolhido (ver anexo II do edital):

3: Acompanhamento e Desenvolvimento de Servidores e Gestores

Subtema (ver anexo II do edital):

Desenvolvimento de Gestores

Detalhamento da prática

Identificação do problema:

Tendo como foco a celeridade processual, a necessidade de aperfeiçoar métodos de gestão de pessoas e de processos passou a ser cada vez mais considerada pelo Poder Judiciário. Segundo dados obtidos a partir de levantamentos feitos pelos órgãos superiores da justiça, a ineficiência e ineficácia do sistema judicial encontram-se intimamente relacionadas à deficiência de organização, gestão e planejamento. Ademais, a permanência de autos judiciais durante longos períodos de tempo dentro dos órgãos julgadores eleva o custo para a administração pública, fato que precisa ser reavaliado, sobretudo em tempos de crise econômica.

O panorama do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, com base no relatório denominado "Justiça em Números", apresentado anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, demonstrou um número expressivo de comarcas com baixa produtividade e aumento crescente de acervo, por diversos motivos, dentre eles, a ineficiência de gestão de processos de trabalho e de pessoas.



GESTÃO DE PESSOAS

Em 2016, considerando a necessidade de desdobramento da estratégia do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG, no âmbito das unidades judiciárias da Justiça Comum de Primeiro Grau, como forma de promover alinhamento necessário para o cumprimento dos macrodesafios do Planejamento e Gestão Estratégica do Poder Judiciário, foi editada a Resolução TJMG nº 827/2016, que definiu a obrigatoriedade de elaboração de planejamento pelas Unidades Judiciárias da Justiça Comum, após desenvolvimento de competências de magistrados e gestores por parte da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEF.

Em abordagem inovadora, a EJEF optou por oferecer uma capacitação prática, voltada à efetiva implementação de um modelo de gestão nas unidades participantes.

Métodos e técnicas adotadas no desenvolvimento das ações:

Ambientação: Na plataforma do curso, foi disponibilizado um tutorial, contendo as orientações para o uso do Sistema.

Organização dos conteúdos, mídias utilizadas para apresentar/veicular o conteúdo e formas de interação entre os participantes: o Curso Administração Judicial Aplicada foi realizado na modalidade a distância, por meio de aulas gravadas, disponibilizadas pela plataforma moodle, e customizadas visando interação total entre o conteúdo e o participante.

Houve, ainda, tutoria dos Juízes de Direito capacitados no Curso de Formação de Formadores para Gestão Judiciária, para promover uma lista de discussão, visando a troca de informações e experiências entre os cursistas e entre o cursista e o docente com 13 turmas, sendo: 6 turmas com 40 alunos, 7 turmas com 41 alunos.

Atuação e responsabilidades dos tutores: os tutores ficaram responsáveis pelo acompanhamento das participação dos alunos, da qualidade das inclusões e das elaborações apresentadas, mediando debates, esclarecendo dúvidas e criando



GESTÃO DE PESSOAS

clima de cooperação entre eles.

Atuação e responsabilidades dos alunos: cumprimento com as atividades obrigatórias propostas pelo curso dentro do prazo estipulado e participação obrigatória na lista de discussão por meios informatizados, cumprindo o tempo-limite para o desenvolvimento da temática.

Resultados e benefícios alcançados:

Durante o curso e em razão da implantação de modelo de gestão e planejamento, foram distribuídas às unidades participantes 671.370 novos processos e foram baixados 768.616 processos, o que significou uma redução de 97.306 processos do acervo.

As varas promoveram, em média, 3.243 baixas de processos por magistrado ao ano, bem acima da média anterior de 1.899 baixas por magistrado ao ano, registrada pela Justiça em Números do CNJ do ano de 2017.

Os resultados foram perceptíveis no cotidiano das unidades judiciárias, como veiculado no Portal do TJMG: <http://rede.tjmg.jus.br/rede-tjmg/noticias/secretaria-civil-diminui-acervo-aplicando-metodos-de-gestao.htm>.

De um modo geral, as varas participantes chegaram a apresentar capacidade quase 50% superior à meta almejada.

Características inovadoras da prática:

Integração entre o gabinete e a secretaria, com a atuação conjunta do magistrado e do escrivão; compartilhamento de práticas de sucesso; desenvolvimento da capacidade diagnóstica e de planejamento.

Potencial de replicação da prática em outros órgãos: Alto.

EJEF / TJMG